

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC**  
Marau/RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC  
CNPJ/MF nº 07.795.639/0001-99

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>677.326</b>	<b>610.808</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>387.970</b>	<b>297.726</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	12.351	7.865	DEPÓSITOS (NOTA 12)	199.389	138.382
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	41.991	13.788	Depósitos à Vista	141.367	107.321
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	41.991	13.788	Depósitos Interfinanceiros	5.879	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	178.440	54.852	Depósitos a Prazo	52.143	31.061
Carteira Própria	178.440	54.852	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	138.219	122.498
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	73.648	245.850	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	7
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	73.648	245.850	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	138.217	122.491
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	1.736	123	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.150	1.603
Correspondentes no país	132	47	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.150	1.603
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	71.780	245.676	OUTRAS OBRIGAÇÕES	48.212	35.243
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	338.724	287.610	Cobrança e Arrecadação de Tributos	132	124
Operações de Crédito	330.028	277.294	Sociais e Estatutárias	11.532	9.714
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.304)	(9.684)	Fiscais e Previdenciárias	2.636	2.150
OUTROS CRÉDITOS	30.042	20.709	Diversas (NOTA 14)	33.912	23.255
Créditos por Avals e Fianças Honorários (NOTA 07)	58	74			
Rendas a Receber	1.704	1.638			
Créditos Específicos	214	202			
Diversos (NOTA 07 e 08)	28.594	19.333			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(568)	(438)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.122	2.044			
Outros Valores e Bens	2.122	2.185			
(Provisão para desvalorização)	(83)	(181)			
Despesas Antecipadas	91	40			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>310.990</b>	<b>199.911</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>432.857</b>	<b>371.325</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	310.990	199.911	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	432.857	371.325
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	38.755	39.649	DEPÓSITOS (NOTA 12)	392.236	360.373
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.755	39.649	Depósitos Interfinanceiros	-	5.548
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	235.715	130.075	Depósitos a Prazo	392.236	354.825
Operações de Crédito	233.481	136.505	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	40.621	10.952
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.764)	(6.430)	Repasses Interfinanceiros	40.621	10.952
OUTROS CRÉDITOS	3	4			
Diversos (NOTA 07 e 08)	3	4			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	15.228	13.759	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>167.489</b>	<b>141.668</b>
Outros Investimentos	15.228	13.759	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	56.741	52.126
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	27.091	11.741	De Domiciliados no País	57.303	52.339
Imóveis de Uso	3.496	3.496	(Capital a Realizar)	(562)	(213)
Outras Imobilizações de Uso	32.083	15.337	RESERVAS DE SOBRAS	103.996	84.505
(Depreciação acumulada)	(8.488)	(7.092)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.752	5.037
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.198	4.683			
Outros Ativos Intangíveis	9.483	8.902			
(Amortização acumulada)	(5.285)	(4.219)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>988.316</b>	<b>810.719</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>988.316</b>	<b>810.719</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC  
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019								
	(Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>48.296</b>	-	<b>48.296</b>	<b>89.961</b>	<b>5</b>	<b>89.966</b>	<b>70.778</b>	-	<b>70.778</b>
Operações de Crédito	44.069	-	44.069	81.895	5	81.900	66.426	-	66.426
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.221	-	4.221	8.055	-	8.055	4.342	-	4.342
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	11	-	11	10	-	10
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(17.561)</b>	<b>(56)</b>	<b>(17.617)</b>	<b>(36.239)</b>	<b>(109)</b>	<b>(36.348)</b>	<b>(33.955)</b>	<b>(88)</b>	<b>(34.043)</b>
Operações de Captação no Mercado	(10.896)	(56)	(10.952)	(21.922)	(109)	(22.031)	(20.532)	(88)	(20.620)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.661)	-	(3.661)	(6.804)	-	(6.804)	(6.201)	-	(6.201)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.004)	-	(3.004)	(7.513)	-	(7.513)	(7.222)	-	(7.222)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>30.735</b>	<b>(56)</b>	<b>30.679</b>	<b>53.722</b>	<b>(104)</b>	<b>53.618</b>	<b>36.823</b>	<b>(88)</b>	<b>36.735</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(15.928)</b>	<b>4.204</b>	<b>(11.724)</b>	<b>(26.772)</b>	<b>8.117</b>	<b>(18.655)</b>	<b>(15.308)</b>	<b>6.965</b>	<b>(8.343)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.840	9.482	14.322	9.763	18.566	28.329	8.259	14.996	23.255
Rendas de Tarifas Bancárias	3.857	-	3.857	7.268	-	7.268	5.976	-	5.976
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.665)	(2.068)	(15.733)	(25.310)	(4.326)	(29.636)	(21.504)	(3.105)	(24.609)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(11.258)	(2.161)	(13.419)	(21.294)	(4.094)	(25.388)	(17.594)	(3.288)	(20.882)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(24)	(444)	(468)	(66)	(937)	(937)	(38)	(696)	(734)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	7.774	137	7.911	16.592	270	16.862	22.482	256	22.738
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.452)	(742)	(8.194)	(13.725)	(1.428)	(15.153)	(12.889)	(1.198)	(14.087)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>14.807</b>	<b>4.148</b>	<b>18.955</b>	<b>26.950</b>	<b>8.013</b>	<b>34.963</b>	<b>21.515</b>	<b>6.877</b>	<b>28.392</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>80</b>	<b>(7)</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>1</b>	<b>85</b>	<b>(56)</b>	<b>8</b>	<b>(48)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>14.887</b>	<b>4.141</b>	<b>19.028</b>	<b>27.034</b>	<b>8.014</b>	<b>35.048</b>	<b>21.459</b>	<b>6.885</b>	<b>28.344</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>(559)</b>	<b>(559)</b>	-	<b>(2.098)</b>	<b>(2.098)</b>	-	<b>(1.489)</b>	<b>(1.489)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(328)	(328)	-	(1.283)	(1.283)	-	(858)	(858)
Provisão para Contribuição Social	-	(231)	(231)	-	(815)	(815)	-	(631)	(631)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(1.785)</b>	-	<b>(1.785)</b>	<b>(3.376)</b>	-	<b>(3.376)</b>	<b>(2.644)</b>	-	<b>(2.644)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>13.102</b>	<b>3.582</b>	<b>16.684</b>	<b>23.658</b>	<b>5.916</b>	<b>29.574</b>	<b>18.815</b>	<b>5.396</b>	<b>24.211</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>5.916</b>	<b>(5.916)</b>	-	<b>5.194</b>	<b>(5.194)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>13.102</b>	<b>3.582</b>	<b>16.684</b>	<b>29.574</b>	-	<b>29.574</b>	<b>24.009</b>	<b>202</b>	<b>24.211</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(22.822)</b>	-	<b>(22.822)</b>	<b>(18.972)</b>	<b>(202)</b>	<b>(19.174)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.640)	-	(2.640)	(2.484)	-	(2.484)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.298)	-	(1.298)	(969)	-	(969)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(202)	(202)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.879)	-	(16.879)	(12.594)	-	(12.594)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(966)	-	(966)	(2.150)	-	(2.150)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(260)	-	(260)	(194)	-	(-194)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(779)	-	(779)	(581)	-	(581)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>6.752</b>	-	<b>6.752</b>	<b>5.037</b>	-	<b>5.037</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC

CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>48.235</b>	<b>68.123</b>	<b>-</b>	<b>169</b>	<b>4.915</b>	<b>121.442</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	1.630	-	-	-	(3.257)	(1.627)
Destinações para reservas	-	1.638	-	-	(1.638)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(20)	(20)
Capital de associados						
Aumento de capital	2.522	-	-	-	-	2.522
Baixas de capital	(2.701)	-	-	-	-	(2.701)
Reversão de Outras Reservas	-	-	-	(169)	-	(169)
Resultado do período	-	-	-	-	24.211	24.211
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(969)	(969)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	-	(202)	(202)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.594	-	-	(12.594)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.440	-	-	-	(2.484)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.150	-	-	(2.150)	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(194)	(194)
Outras Destinações	-	-	-	-	(581)	(581)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>52.126</b>	<b>84.505</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.037</b>	<b>141.668</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.891</b>	<b>16.382</b>	<b>-</b>	<b>(169)</b>	<b>122</b>	<b>20.226</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019 (Não auditado)</b>	<b>52.126</b>	<b>84.505</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.037</b>	<b>141.668</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	1.630	-	-	-	(3.255)	(1.625)
Destinações para reservas	-	-	1.646	-	(1.646)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(36)	(36)
Fundo Social	-	-	-	-	(100)	(100)
Capital de associados						
Aumento de capital	2.689	-	-	-	-	2.689
Baixas de capital	(2.301)	-	-	-	-	(2.301)
Resultado do período	-	-	-	-	29.574	29.574
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.298)	(1.298)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.879	-	-	(16.879)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.597	-	-	-	(2.640)	(43)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	966	-	-	(966)	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(260)	(260)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	-	(779)	(779)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>56.741</b>	<b>102.350</b>	<b>1.646</b>	<b>-</b>	<b>6.752</b>	<b>167.489</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>4.615</b>	<b>17.845</b>	<b>1.646</b>	<b>-</b>	<b>1.715</b>	<b>25.821</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019</b>	<b>53.761</b>	<b>84.505</b>	<b>1.646</b>	<b>-</b>	<b>12.890</b>	<b>152.802</b>
Capital de associados						
Aumento de capital	1.672	-	-	-	-	1.672
Baixas de capital	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)
Resultado do período	-	-	-	-	16.684	16.684
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.298)	(1.298)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.879	-	-	(16.879)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.597	-	-	-	(2.640)	(43)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	966	-	-	(966)	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(260)	(260)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	-	(779)	(779)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>56.741</b>	<b>102.350</b>	<b>1.646</b>	<b>-</b>	<b>6.752</b>	<b>167.489</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.980</b>	<b>17.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.138)</b>	<b>14.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC**  
**CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99**

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>17.853</b>	<b>34.346</b>	<b>27.976</b>
Resultado do semestre/exercício	16.684	29.574	24.211
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>1.169</b>	<b>4.772</b>	<b>3.765</b>
Provisão para operações de crédito	930	2.956	2.041
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(98)	(98)	161
Provisão para desvalorização de outros créditos	83	130	121
Depreciação do imobilizado de uso	962	1.833	1.572
Amortização do intangível	557	1.066	923
Baixas do ativo permanente	60	60	70
Provisão para passivos contingentes	17	72	35
Destinações ao FATES	(1.298)	(1.298)	(1.171)
Dividendos SicrediPar	(44)	51	13
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(132.937)</b>	<b>(182.008)</b>	<b>(44.010)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.222)	(29.309)	(48.613)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(121.887)	(123.588)	(2.345)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.947	4	(4)
(Aumento) em créditos vinculados	(1.735)	(1.613)	(4)
(Aumento) em relações com correspondentes	(30)	(85)	23
(Aumento) em operações de crédito	(110.332)	(169.710)	(108.421)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	43.243	45.390	21.186
(Aumento) em outros créditos	(5.710)	(9.423)	(6.727)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	198	12	(1.118)
Aumento em depósitos	50.360	92.870	97.120
Aumento em relações interdependências passivas	1.409	547	152
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(4.960)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(330)	(821)	(570)
Aumento em outras obrigações	11.152	13.718	10.271
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(115.084)</b>	<b>(147.662)</b>	<b>(16.034)</b>
Aquisição de Investimentos	(1.468)	(1.469)	(556)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(10.594)	(17.243)	(3.013)
Aplicações no Intangível	(190)	(581)	(2.080)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(12.252)</b>	<b>(19.293)</b>	<b>(5.649)</b>
Integralização de capital	1.672	2.689	2.522
Baixa de capital	(1.289)	(2.301)	(2.701)
Juros ao capital próprio	(43)	(43)	(44)
Outras Destinações	(260)	(260)	(775)
Distribuição de Sobras	-	(1.761)	(1.647)
Outras Destinações - Devolução SFG	(779)	(779)	-
Reversão de Reservas	-	-	(169)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(699)</b>	<b>(2.455)</b>	<b>(2.814)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(128.035)</b>	<b>(169.410)</b>	<b>(24.497)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	212.166	253.541	278.038
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	84.131	84.131	253.541

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### **l) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **m) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **o) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### **p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### **q) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	12.351	7.865
Caixa	12.351	7.865
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	71.780	245.676
<b>Total</b>	<b>84.131</b>	<b>253.541</b>

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	41.991	11.788
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	38.680	11.788
DI entre Banco e Cooperativas	3.311	-
<b>Total circulante</b>	<b>41.991</b>	<b>11.788</b>

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.755	39.649
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	17.853	15.262
DI entre Banco e Cooperativas	20.902	19.863
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	4.524
<b>Total não circulante</b>	<b>38.755</b>	<b>39.649</b>

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	62.307	54.852
Cotas de Fundos Multimercado	116.133	-
<b>Total circulante</b>	<b>178.440</b>	<b>54.852</b>

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	182.309	163.956	346.265	242.873
Financiamentos	26.776	43.509	70.285	43.586
Financiamentos rurais e agroindustriais	140.943	26.016	166.959	127.340
<b>Carteira total</b>	<b>350.028</b>	<b>233.481</b>	<b>583.509</b>	<b>413.799</b>

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	98	-	98	74
Títulos e créditos a receber (i)	25.757	3	25.760	15.953
<b>Total</b>	<b>25.855</b>	<b>3</b>	<b>25.858</b>	<b>16.027</b>

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	271	-	-	-
Nível A	0,50	195.641	127.783	978	639
Nível B	1,00	295.041	197.531	2.951	1.975
Nível C	3,00	82.533	78.480	2.476	2.354
Nível D	10,00	18.706	10.390	1.871	1.039
Nível E	30,00	5.528	5.646	1.658	1.694
Nível F	50,00	2.598	1.802	1.299	901
Nível G	70,00	2.859	1.488	2.001	1.042
Nível H	100,00	6.190	6.706	6.190	6.706
<b>Total (i)</b>		<b>609.367</b>	<b>429.826</b>	<b>19.424</b>	<b>16.350</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 214 (2018 - R\$ 202).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.573	36.215	51.830	58.003	148.621	103.538
Rural	286	14.551	126.106	26.016	166.959	127.340
Industrial	271	5.753	8.579	17.540	32.143	26.165
Comércio	682	25.044	43.459	65.704	134.889	97.491
Outros Serviços	522	20.882	39.130	66.221	126.755	75.292
Total	4.334	102.445	269.104	233.484	609.367	429.826

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	52.820	8,67	43.628	10,15
50 devedores seguintes	85.395	14,01	65.787	15,31
100 devedores seguintes	68.811	11,29	51.477	11,98
Demais	402.341	66,03	268.934	62,57
Total	609.367	100	429.826	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	16.552	14.390
Constituição de provisão	7.513	7.222
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.427)	(5.060)
Saldo final	19.638	16.552

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.578 (2018 - R\$ 2.961 ), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 13.736 (2018 - R\$ 10.212 ).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	62	66
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.760	1.852
Devedores por depósitos em garantia	168	145
Impostos e contribuições a compensar	37	30
Títulos e créditos a receber (ii)	25.757	15.949
Cotas de consórcio	278	226
Devedores por convênios	-	2
Operações com cartões	407	353
Pendências a regularizar	75	58
Outros	50	642
Total Circulante	28.594	19.323
Títulos e créditos a receber (ii)	3	4
Total não circulante	3	4

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	2.122	2.185
Imóveis	2.078	2.053
Veículos e afins	44	132
Despesas antecipadas	91	40
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(83)	(181)
Total Circulante	2.130	2.044

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 83 (2018 - R\$ 181) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	8.317	7.935
Sicredi Participações S.A.	6.909	5.822
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
<b>Total</b>	<b>15.228</b>	<b>13.759</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.596.046 ON	1.888.366 ON	2	2	8.317.325	7.935.593
	5.398.695 PN	3.933.436 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,76%	0,66%	1,24%	1,24%	2,13%	2,07%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	6.909	5.822	2	2	8.317	7.935

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	35.579	(8.488)	27.091	11.741
Imobilizações em curso	-	14.006	-	14.006	779
Terrenos	-	3.489	-	3.489	3.489
Edificações	4%	6	(2)	4	5
Instalações	10%	6.561	(2.889)	3.672	3.145
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.581	(1.954)	2.627	1.919
Sistema de comunicação	10%	192	(86)	106	98
Sistema de processamento de dados	20%	5.231	(2.992)	2.239	1.677
Sistema de segurança	10%	974	(219)	755	458
Sistema de transporte	20%	539	(346)	193	171

Intangível (i)	2019	2018
Investimentos Confederação	9.483	(5.285)
Outros ativos intangíveis	4.59	(5.282)
	24	(3)
<b>Total</b>	<b>45.062</b>	<b>(13.773)</b>
		<b>31.289</b>
		<b>16.424</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	141.367	-	-	141.367
Depósitos Interfinanceiros	-	5.879	-	5.879
Depósitos a prazo	13.379	38.764	392.236	444.379
<b>Total</b>	<b>154.746</b>	<b>44.643</b>	<b>392.236</b>	<b>591.625</b>
				<b>498.755</b>

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	138.217	122.491
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	138.217	122.491
<b>Total circulante</b>	<b>138.217</b>	<b>122.491</b>
Recursos do Crédito Rural	40.621	10.952
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	40.621	10.952
<b>Total não circulante</b>	<b>40.621</b>	<b>10.952</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 18/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	13	10
Provisão para pagamentos a efetuar	2.797	2.516
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	472	400
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.243	1.985
Pendências a regularizar	78	555
Operações com cartões	25.147	15.623
Demais fornecedores	1.282	670
Credores diversos	1.880	1.496
Total circulante	33.912	23.255

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	296	-	-	296
Cível	104	147	(75)	176
Total	400	147	(75)	472

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	296	296
Cível	Provável	176	104
Total		472	400

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 7; R\$ 493; R\$ 97 (2018 - R\$10, R\$ 513 e R\$ 97), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	56.741	52.126
Total de associados	50.131	45.104

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$4.615 (2018 – R\$ 3.891), sendo R\$ 4.227 (2018 – R\$ 4.070) via integralização de resultados e R\$ 2.689 (2018 – R\$ 2.522), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.301 (2018 – R\$ 2.701).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.640, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 3% para a devolução a SFG e 1% destinado ao Fundo Filantrópico.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

**NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 29 (R\$ 131 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	31.672	25.700
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.669)	(10.794)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	71	44
Provisão resgate de milhas cartão	6	(45)
Brindes e Doações	(47)	(31)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(20)	94
Receita com atos cooperativos	9.463	7.902
Juros sobre capital próprio	1.056	1.043
Lucros e dividendos	18	39
Outros	24	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	235
Subtotal	10.571	9.305
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.098)	(1.489)

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	80.746	51.437
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	178.440	54.852
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	71.780	245.676
Outros Créditos - Rendas a receber	1.512	1.463
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	718	478
Investimentos (Nota 10)	15.228	13.759
Intangível (Nota 11)	4.177	4.660
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	5.879	5.549
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	178.838	133.443
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	24.711	15.058
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	8.055	4.342
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	12.488	9.930
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	12.216	18.615
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	29	131
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	331	-
Operações de Empréstimos e Repasses	6.804	6.201
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.069	1.840
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.374	7.562

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	211	0,15%	379
Depósitos a prazo	518	0,12%	1.220
Operações de crédito	3.876	0,66%	3.677

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.626	2.468



**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	711	585
Despesa de aluguéis	3.510	2.831
Despesa de comunicação	1.553	1.480
Despesa de manutenção e conservação	1.986	1.551
Despesa de material	419	395
Despesa processamento dados	590	482
Despesa de promoções e relações públicas	1.689	1.432
Despesa de propaganda e publicidade	132	67
Despesa de seguro	95	106
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.791	2.481
Despesa de serviços de terceiros	519	382
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.161	1.873
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.130	830
Despesa de serviços de transportes	1.482	1.182
Despesa de viagem	494	174
Dispêndio assistência educacional e social	821	568
Despesa de depreciação e amortização	1.835	1.574
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.064	923
Outras despesas administrativas	2.406	1.966
Total	25.388	20.882

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	777	882
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.841	18.154
Reversão de provisões operacionais	3.161	2.765
Outras rendas operacionais	1.083	937
Total	16.862	22.738

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.316	1.137
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	628	329
Contribuição Confederação Sicredi	6.367	5.944
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	648	674
Encargos da administração financeira	67	120
Repasse administradora de Cartões	270	279
Outras despesas de Cartões	1.221	863
Outras provisões operacionais	3.275	3.378
Outras despesas operacionais	1.230	1.245
Total	15.153	14.087

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	181.956	157.478
Coobrigações em cessões de crédito	13	15
Total	181.969	157.493

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

#### III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreo e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>163.291</b>	136.985
<b>Nível I (NI)</b>	<b>163.291</b>	136.985
<b>Capital principal - CP</b>	<b>163.291</b>	136.985
Capital social	56.741	52.126
Reservas de capital	103.996	84.505
Lucros acumulados	6.752	5.037
Ajustes Prudenciais	(4.198)	(4.683)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>839.462</b>	664.447
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>871</b>	992
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>74.276</b>	66.226
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>19,45%</b>	20,62%
Situação de Imobilização (Imob)	27.093	11.742
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>16,59%</b>	8,57%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Cristiano Piano  
Diretor Executivo  
CPF: 650.729.950-20

Lúcia Maria dos Santos Magnan  
Diretora de Operações  
CPF: 285.840.150-00

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20